

“EU LUTEI TANTO PRO MEU FILHO FICAR VIVO”: A LUTA DE DALVA

“I FOUGHT SO HARD FOR MY SON TO STAY ALIVE”: DALVA’S FIGHT

Jeferson Scabio¹

¹Museu Nacional, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMO

O presente texto reconta o recontado de Dalva sobre o assassinato de Thiago, seu primogênito, pela polícia e apresenta a luta por justiça que ela vem travando desde então. Intenta, assim, aproximar-se de sua voz ou de como a particularidade inexorável de sua história reelabora o idioma coletivo das mães de vítimas do Estado. O diálogo com Dalva, assim, sublinha o trajeto de uma enunciação política singular, perguntando-se, ainda, sobre a relação entre a saída do cotidiano – sua fabricação como mãe de vítima e de Thiago como vítima de uma chacina – e seu esforço para reabitar o mundo devastado pela violência. Oferecendo-se como corporificação das palavras de Dalva, a textualização do seu testemunho procura outros contextos que só a circulação deste texto poderá, quem sabe, produzir.

Palavras-chave: Violência; Narrativa; Maternidade; Morte; Chacina do Borel.

ABSTRACT

This text retells Dalva's retold about the murder of Thiago, her eldest son, by the police, and the fight for justice that she has been waging since then. In that way, it intends to approach her voice or how the inexorable particularity of her history re-elaborates the collective language of the mothers of victims of the State. The dialogue with Dalva, thus, highlights the path of a singular political enunciation, asking itself, still, about the relationship between being away from everyday life – her construction as a victim's mother and Thiago as a victim of a slaughter – and the effort to reinhabit the world devastated by violence. Offering itself as an embodiment of Dalva's words, the textualization of her testimony seeks other contexts that only this text circulation might produce.

Keywords: Violence; Narrative; Maternity; Death; Borel Massacre.

INTRODUÇÃO

“Não, você vai morrer, porque você é bandido”, disse o policial antes de executar Thiago. Quem recorda é sua mãe, Dalva, ela própria citando o relato de uma testemunha¹. “No dia 13 de abril de 2003, aconteceu a Chacina do Borel”. Dalva diz e repete a data em que seu primogênito foi assassinado. Uma das quatro vítimas do episódio que se tornaria marco na história da luta contra violência policial no Rio de Janeiro. “Thiago, o nome dele é Thiago da Costa Corrêa da Silva, ele tinha 19 anos, já



trabalhava, era mecânico de manutenção”². Thiago e outros dois rapazes foram alvejados por policiais entocados em uma laje. Quando os militares saíram da tocaia, encontraram Thiago agonizando no chão. Ele pedia socorro, quis mostrar os documentos, comprovar que era “trabalhador”. Foi morto com cinco tiros, quatro pela frente, e outro pelas costas, alguns dos disparos efetuados à “queima-roupa”³.

A execução de Thiago e mais três moradores poderia ter passado em branco. Dalva fala de uma sucessão de mortes que vinham acontecendo no Borel e conta mais de mil pessoas assassinadas pela polícia naquele ano. “Todas com tiros nas costas e na cabeça, e os meninos lá levaram todos tiros nas costas”. Mas o assassinato de quatro “trabalhadores” excedeu os limites do suportável. Familiares das vítimas, moradores do Borel e militantes organizaram o movimento denominado “Posso me identificar?”, em alusão ao fato de que não foi dado às vítimas da chacina a oportunidade de dizer quem eram. Além de Thiago, a quarta vítima feita pela polícia teve seu braço quebrado por um golpe policial quando tentava mostrar os documentos que trazia consigo em um envelope. “Mecânico”, “estudante”, “pedreiro e pintor”, “taxista”. A condição de “trabalhadores” das vítimas seria repetidamente reafirmada. A força moral da insurgência fez frente à acusação espúria de que os mortos eram “bandidos” abatidos em confronto com a polícia. A mobilização deu ensejo à investigação, cinco dos policiais envolvidos foram afastados, denunciados, presos e até mesmo condenados. Nas idas e vindas de um processo que se estendeu por décadas, os policiais legalmente acusados seriam todos absolvidos. Dalva, entretanto, não deixou de lutar. O movimento nascido no Borel daria origem à Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência, a Rede: o mais antigo coletivo de familiares de vítimas do Estado ainda em atuação no Brasil, do qual Dalva é uma das fundadoras e uma de suas mais eloquentes porta-vozes⁴. Hoje, com mais de 60 anos, mais de 15 anos depois do assassinato do filho, ela reflete sobre essa trajetória de dor e de luta. “Eu queria que o ‘Posso Me Identificar?’ que isso que a gente fez, fosse o primeiro e o último. Eu não queria estar aqui com tanta mãe chorando, tanta mãe pedindo justiça, uma justiça que não é pra nós, porque a gente não tem direito a essa justiça”.

Foi acompanhando a movimentação da Rede que conheci Dalva, a quem no final de 2019 pedi que me contasse sua história em uma entrevista. Algumas pessoas me disseram que ela não ia bem de saúde, mas dias antes de nossa conversa a assisti palestrar em uma prestigiosa faculdade de direito para uma plateia pontilhada de estudantes cotistas. Quando, ao final, abri espaço na pequena multidão que se formou ao redor das mães, Dalva me garantiu que já estava recuperada e retornando à luta. Ela vinha ao centro, queria autorização para operar a catarata que lhe prejudicava a visão, e sugeriu que nos encontrássemos logo depois de sua consulta, na sala da Rede. Dalva veio acompanhada da neta, a jovem Gabi. A filha que perdeu o pai, Thiago, com apenas um ano, ficaria sentada ao lado da avó,

mexendo no celular e gerenciando as mensagens e ligações recebidas por Dalva enquanto conversávamos. Dalva me ofereceu um longo relato, no qual só intervi mais para o final, pedindo que desenvolvesse melhor um ou outro ponto ou então trazendo algo que tinha ouvido dela em outros momentos, mas de que ela não tinha falado ainda. A história de que conhecia fragmentos, tendo ouvido Dalva nas atividades do movimento de familiares que acompanhei, desenrolou-se naturalmente, como se estivesse ali, latente, pronta para ser contada uma vez mais.

A insurgência política tramada pelas mães de vítimas da violência é caracterizada pelo modo como a dor materna pela perda do filho é trazida à cena pública em gesto de denúncia⁵. Leite (2004) argumenta que a dimensão simbólica das mães de vítimas da violência pressupõe que os “laços primordiais” (GEERTZ, 1978 *apud* LEITE, 2004) mais estreitos se dariam entre mães e filhos. “A perda e a dor seriam, por isso, mais intensamente experimentadas pelas mães que, em decorrência, seriam os personagens mais legítimos para denunciar violações de direitos, exigir reparações, cobrar deveres morais e clamar por justiça” (GEERTZ, 1978 *apud* LEITE, 2004, p. 155). As mães, assim, transformam “o luto em luta” (GEERTZ, 1978 *apud* LEITE, 2004, p. 180). Ao expor publicamente sua “destruição doméstica”, argumentam Vianna e Farias (2011), as mães “[...] trazem o feminino não em seus corpos individuais, mas como marca de significação das relações que se romperam, bem como da violência ilegítima que as destruiu” (FARIAS, 2011, p. 93-94). Elas levam “a ‘casa’ para a cena de protesto, por meio do que seria o seu ‘centro exemplar’ simbólico: a própria maternidade” (FARIAS, 2011). As mães, “sujeitos simultaneamente da dor pessoal e da ação política” (FARIAS, 2011, p. 84), realizam o que as autoras chamam de “dupla tessitura”: “os compromissos que já existiam levam à rua e os compromissos feitos na rua abrem as portas das casas, os álbuns de fotos e algo sobre outras histórias familiares e pessoais que não cabem na ‘luta’” (FARIAS, 2011, p. 85)⁶.

A “politização da maternidade” realizada por tais mulheres rebate a desvalorização de vidas que tanto não contam que é como se sequer existissem (BUTLER, 2015). Desfigurados sob a máscara do “bandido”, o assassinato dos filhos, jovens negros moradores de favela, está previamente enquadrado em zonas de “irrelevância social” (VIANNA, 2014). Usualmente classificadas como “auto de resistência”, essas mortes não são investigadas (MISSE *et al.*, 2013), configurando uma perda rasurada, espúria e proibida. Os filhos morrem como se não tivessem nascido, e essa desrealização ricocheteia nas mães. A sombra do “bandido” projeta a sombra correlata da “mãe de bandido”: vítimas anônimas, inexistentes, correspondendo a anonimidade do sofrimento daqueles que ficam⁷.

“O meu filho foi fuzilado”, diz Dalva, “se eu não faço nada, estou mais morta do que ele” – lutar por justiça, imperativo moral da maternidade, é figurado por ela, senão como afirmação da vida, como resistência a uma morte ainda mais profunda, o silenciamento diante da brutalização do

filho. A persistência de Dalva na luta por justiça encarna como poucas a figura da “mãe guerreira”. A trajetória que ela reivindica, na verdade, ocupou papel fundamental na construção mesma de tal figura e do movimento que lhe dá suporte. Mas ela o fez de certa maneira, herdando o gênero discursivo (BAKHTIN, 2016) que vinha sendo construído antes dela, afirmando-o em certa direção, que será depois transformada por outras mães que vieram depois dela.

O presente texto reconta o recontado de Dalva sobre o assassinato de Thiago e a luta por justiça que ela vem travando desde então. Eu textualizar o lembrar de Dalva, suas “memórias de memórias” (ANTZE; LAMBECK, 1996), tentando se aproximar de sua voz ou, mais propriamente, de como a particularidade inexorável de sua história reelabora o idioma coletivo das mães de vítimas do Estado⁸. A integralidade de uma narrativa produzida em uma conversa lida com a experiência da violência não por meio de uma narrativa única, mas na forma de um texto que é constantemente revisitado, revisto e acrescido de comentários (DAS, 2007).

Se a inscrição de dores domésticas no espaço público transforma o luto em luta, eu reconto o recontar de Dalva para discutir como se dá a passagem da casa à rua a partir das condições particulares da história que ela nos conta. A tessitura da voz da mãe de uma das vítimas da Chacina do Borel revela a textura coletiva, já que produzida em articulação com outras mães e militantes, mas também única da luta precipitada pela diáde Dalva-Thiago⁹. Assim, quais eventos e características de Dalva-Thiago a primeira reconta, ao narrar a história do segundo como vítima do Estado, narrando a si mesma, ao fazê-lo, como mãe de vítima? Se, independentemente de estilos, casos e histórias particulares certo roteiro se repete – a passagem da dor paralisante à transformação da luta dando direcionamento moral à narrativa (VIANNA, 2021) – como, mais exatamente, Dalva fez tal travessia e articulou sua luta?

Além de nos convidar a aprender a singularidade de uma passagem da casa à rua, a conversa com Dalva convida a pensar em como também a rua retorna, finalmente, à casa. Se o luto é transmutado em luta, de que forma então a luta se relaciona com a vivência do luto? O empenho de Dalva em responsabilizar os policiais envolvidos na morte do filho indica a importância da justiça para ela. Mas foi a vitória, depois revertida, na justiça, que aguçou o sentido da insuficiência até mesmo da condenação dos policiais para dar conta da ausência durável do filho em sua vida. Como então a história de Dalva exprime a relação entre o cotidiano e a singularidade do luto – esse aprender a viver de novo na ausência do outro (HAN, 2015) –, a luta, a que ela tanto se dedicou, e a justiça, que não só não lhe deu as respostas desejadas, como não poderia ter dado? Se a reivindicação de Thiago como “trabalhador” rebate sua desrealização como “bandido”, de que modo ela também faz parte da procura de uma linguagem para exprimir a durabilidade da perda? O diálogo com Dalva, portanto, sublinha o trajeto de uma enunciação política singular,

perguntando-se ainda sobre a relação entre a saída do cotidiano e seu esforço para reabitar o mundo devastado pela violência, estando atento também àquilo que confere vida às palavras (DAS, 2007; 2020).

O recontado que reconto aqui foi instigado pela confiança depositada no antropólogo, a partir de nossa convivência. A história que Dalva nos conta, entretanto, não se delimitarem temporal nem espacialmente à conversa que entabulamos. A dialogia de suas palavras remete, sem dúvida, à nossa conversa, o que faz de mim, como aquele que ouve e textualiza, conarrador de seu relato. Suas palavras, no entanto, carregam certo passado e visualizam certo futuro para si. Dalva, como outras mães, não goza do privilégio de uma narrativa de si livre de palavras não só alheias como hostis. É, antes, no confronto à versão articulada através de diferentes agentes e esferas de Estado – entre a polícia, a justiça e a política, entre documentos e jornais – que sua voz emerge, desafiadora. O desemaranhamento da trama em que o filho foi capturado envolveu também reabilitar outras palavras: do próprio filho e demais parentes, de testemunhas e documentos que a investigação trouxe à baila, de autoridades de quem a mobilização em torno do “caso” exigiu posicionamento. Oferecendo-se como corporificação de suas palavras naquilo que elas têm de singular e, portanto, no modo como, deste ponto singular, o relato de Dalva nos fala da batalha de mulheres como ela para se manter e manter os seus vivos, ainda que assassinados, a textualização do seu testemunho procura outros contextos que só a circulação deste texto poderá, quem sabe, produzir.

O RECONTADO DE DALVA

Dalva, que é do interior de Minas Gerais, veio morar no Rio de Janeiro, com uma tia, quando a mãe foi vitimada por um raio. “A gente morava num sítio. O raio foi pela luz, lá em casa, era a última casa, e ele desceu pela lâmpada e pelo fogão, que era fogão de lenha”¹⁰. Grávida de oito meses de seu nono filho, nem a mãe nem o bebê sobreviveram. Dalva ficou “muito doente”, ela e a irmã já não moravam com a mãe, mas “lá na cidade”, onde continuavam seus estudos, já que no sítio o “grupo escolar” ia só até a quarta série. Já no Rio, Dalva foi trabalhar em uma fábrica de cigarros. “Eu já era operária, eu já conhecia as lutas”, diz ela, lembrando das greves de que participou, origem daquilo que, adiante, caracteriza como seu “espírito de luta”. “Eu sempre fui operária. A gente fazia as greves, a gente não trabalhava, a gente entrava pra dentro da fábrica, tomava café e sentava, ficava sentado e a fábrica ainda dava o almoço, fazia o que eles tinham que fazer. A gente ia no refeitório, almoçava e não voltava pra seção pra ligar a máquina”. Dalva conheceu aquele que seria seu marido no trabalho, ele também era empregado. Eles se casaram e foram morar na Cruzada São Sebastião, nos fundos da igreja de que o sogro “tomava conta”. “Quando meu filho nasceu a gente morava ali”. A procura da casa

própria levaria à jovem família à Jacarepaguá, mas de lá, o trabalho ficava distante demais, o expediente começava às cinco da manhã, e foi assim que eles se mudaram para o Borel, próximo à fábrica. Dalva não conhecia a favela, mas o marido tinha sido criado ali. “A família do meu marido já morava lá, aí pra mim era mais fácil”. Thiago ia fazer dois anos, ela conta, explicando: “o Thiago é meu filho mais velho, que foi assassinado na Chacina do Borel no dia 16 de abril de 2003”. A rotina era “do trabalho pra casa”. Já no Borel, Dalva teve Diego, seu caçula, sendo que ambos os filhos estudaram, inicialmente, em escola particular, “porque naquela época não tinha creche”.

“E no dia 16 de abril de 2003, aconteceu a Chacina do Borel. O Thiago, o nome dele é Thiago da Costa Corrêa da Silva, ele tinha 19 anos, já trabalhava, era mecânico de manutenção”. O relato de Dalva salta no tempo, começa a narrar a chacina, mas retorna para narrar antes a trajetória que o filho ia traçando e que vai ser interrompida por sua morte. “Ele fez mecânica pelo meu trabalho, porque na firma que eu trabalhava, os filhos dos funcionários tinham direito a fazer uma prova. Eram uns 50 alunos que fizeram a prova, ele e outro garoto que passaram. Então, ele fez mecânica, porque ele queria ser engenheiro mecânico. Ele assinou a carteira com 16 anos, jovem aprendiz, terminou o curso, com um mês que estava trabalhando na firma de carteira assinada, no dia 16 de abril de 2003, quando ele voltava do trabalho, ele foi primeiro à barbearia, que eram duas casas depois da minha, pra cortar o cabelo. Aí, tinha duas pessoas ainda, ele foi em casa, deixou a mochila e jogou o videogame com o filho mais novo, que na época estava com 13 anos, hoje já está com trinta. Era numa quarta-feira de cinzas, ele falou: ‘Mãe, eu vou fazer o pé do meu cabelo e vou comprar o ovo de páscoa da minha afilhada, que é minha sobrinha, e da Gabriela – que é a filha dele, a Gabriela tinha um ano –, porque eu vou viajar, porque o Carlos Magno vai voltar pra Suíça’. Carlos era o jovem de 18 anos que morreu junto com ele na chacina. Ele morava na Suíça, falava quatro idiomas, só estava aqui pra prestar serviço militar porque ele tinha dupla cidadania”. Dalva relembra a última vez que viu o filho vivo, repetindo outra vez as últimas palavras que ele trocou com ela. “Quando ele chegou, jogou um pouco de videogame, botou o dinheiro no bolso e falou: ‘Mãe, eu estou indo, vou aproveitar e vou comprar o ovo de páscoa’”.

Minutos após o filho sair, Dalva ouviu o som de tiros. “Passou uns dez minutos, eu ouvi os tiros. E aí era muito perto, muito perto, e num lugar só, você via que era só num lugar, e não era troca de tiros, eram tiros no mesmo lugar, das mesmas armas. E assim, de repente assim, minha vista escureceu e apareceu assim na minha mente, assim ó: alguém levantando uma pessoa no colo e era o Thiago. Eu falei pro meu filho, Diego: ‘Acabou, Acabou!’ ‘O que mãe?’ Aí eu falei: ‘Seu irmão morreu.’ Aí o Diego falou: ‘O que mãe?’. Começou a chorar: ‘Não, não, não!’”. A casa de Dalva ficava “na única rua que tinha ali no Borel”. Quando o marido abriu a

porta, “já estava subindo vários carros de polícia, e ele tentando passar, não conseguiu, que era um beco”. Os policiais bloquearam a passagem, impedindo o acesso ao local. “Ele não conseguiu entrar, muito carro de polícia”. O marido então contornou pelo outro lado. “Quando chegou do outro lado, estavam as pessoas já jogando água, muito sangue no chão, uma coisa horrível”. Dalva ia saindo também quando o marido retornou. “Ele falou: ‘Não, pera aí. Eles estavam descendo com o corpo do meu filho pra botar dentro do carro da polícia. Já tinham me dado remédio, falei: ‘Não! Meu filho, meu filho, meu filho!’. E aí a polícia começou a dar tiro pro alto, e falou: ‘Se quiser ver, vai lá no [Hospital do] Andaraí, vai no Andaraí. E eu cheguei pra um dos policiais e falei: ‘Eu quero meu filho, meu filho chegou do trabalho agora’”. Um dos amigos do filho sobreviveu e ligou avisando que Thiago tinha sido baleado, evitando, entretanto, falar da morte. “Um dos amigos dele, que é sobrevivente, ligou pra mãe da Gabriela e falou: ‘Eu também estou baleado, mas consegui sobreviver, não sei o que aconteceu com Thiago’. Ele sabia que o Thiago estava morto, só que ele não queria falar, porque ele se fingiu de morto, levou três tiros, mas ele fingiu de morto. Teve tiro que entrou por aqui, saiu por aqui [indicando regiões na barriga], teve um que pegou na barriga, e ele ficou com isso aqui tudo queimado”.

O filho, Dalva descobriria depois, foi assassinado em uma emboscada policial. “A polícia, eles chegaram lá, eles fizeram uma emboscada, o tal de Tróia, que eles se escondem pra depois fazer a execução. Depois eu fui saber que eles chegaram lá por volta de três, quatro horas, pediram pra entrar numa casa, a pessoa falou que não tinha como, que ela não tinha laje. Mas em frente tinha um portão aberto, a casa estava em obras, eles entraram pela casa. Eram oito, quatro ficaram, quatro desceram. As pessoas não perceberam que tinha ficado gente lá em cima. E como a senhora que morava na casa embaixo, que a filha dela tinha deixado o portão aberto, e ela trabalhava em casa de família lá na Barra [da Tijuca], por isso que eles conseguiram ficar escondidos. Então, eles ficaram escondidos lá de quatro até umas seis e pouca”.

Os rapazes conversavam em frente à barbearia. Thiago aguardava para cortar o cabelo, Carlos Magno já tinha cortado, e Carlinhos voltava do futebol. “Daqui a pouco eles ouviram uns tiros”. Da “beirada da rua”, os rapazes correram para o beco, na tentativa de se proteger. “Justamente no local em que os policiais estavam escondidos. Conforme eles tentaram correr, eles efetuaram disparos em cima deles. Foram vários disparos”. Baleado, Thiago ainda estava vivo quando os policiais saíram do esconderijo e foram até as vítimas, Dalva conta a partir do relato de uma testemunha. “Depois eles desceram, o meu filho não tava morto, pediu pra pedir documento, que ele trabalhava. E um dos policiais, que tem projétil nos três corpos, o único que ficou cinco anos preso, falou pra ele: ‘Não, você vai morrer, porque você é bandido’. Quando essa menina que eles pediram pra abrir a porta, que ela não abriu, escutou a voz do Thiago, ela abriu a

porta. Ela viu esse policial com o fuzil em cima dele, ela falou: ‘Não, não, não, não faz isso!’. O policial empurrou ela pra dentro de casa, e falou: ‘Ah se você não entrar, você morre, sua piranha, sua não sei o que [...]’ Ela praticamente caiu dentro de casa. Eles mandaram apagar as luzes, depois ouviu-se os outros disparos”.

A família correu ao Hospital do Andaraí na esperança de encontrar o filho vivo. “Nunca que ia achar que ele já não estava mais com vida”. Lá, conversaram com o policial de plantão, que estranhou o ocorrido. “Ele falou: ‘Não, mas hoje não tinha operação no Borel. Eu falei: ‘Mas teve sim, foi agora. Mas o pessoal que estava de plantão no barranco, não foram eles, foram outros. Ele falou assim: ‘Th, vai dar merda [...]’ Eu falei: ‘Mas teve sim, foi agora. Mas o pessoal que estava de plantão no barranco, não foram eles, foram outros. Ele falou assim: ‘Th, vai dar merda [...]’” Dalva conta que não teve condições de reconhecer o filho. “Mas eu estava tão, assim, abalada, tão dopada, que eu nem consegui ver meu filho. No caso, a mãe da minha neta foi, e foi minha irmã. Chegou lá, o Pedro, também, que tinha sido baleado, também que era sobrevivente, já estava lá, estava deitado. E o meu filho já estava lá: estava sem vida, sem roupa”

“Eu falei: ‘Mas como?’” – depois de um breve silêncio, Dalva recorda sua perplexidade de volta em casa depois de enterrar o filho. Assassinado na quarta, Thiago foi a única das vítimas sepultadas já na quinta. A empresa em que ele trabalhava “cuidou de tudo, o negócio de sepultamento”. Na sexta-feira Dalva se deparou com a narrativa jornalística sobre o ocorrido. “Quando foi na sexta feira, era sexta feira da paixão, estava aquele jornal, não sei o que, não sei o que, falei: ‘Não, quero ver esse jornal!’”. Ela, que até então só sabia do filho e de mais outra vítima (conforme o relato do amigo sobrevivente), foi surpreendida pela narrativa do jornal. “Aí que eu fui sabendo o que tinha acontecido, que tinha sido os quatro, e no jornal tava o nome completo, que estavam descendo para saquear o Carrefour, foi intenso tiroteio, não sei o que, que os policiais se defenderam. Aquela coisa toda, né. Eu fiquei uma semana naquele desespero”.

Familiares, moradores e militantes começaram então a articular uma reação. “A associação procurou os familiares, porque só se falava, a comunidade se mobilizou, que ia ter que fazer alguma coisa. Se tinham sido quatro jovens, ninguém tinha envolvimento nenhum, e mesmo que tivesse, sem justificativa”. “Olha só a história [...]” – diz ela puxando uma das linhas do enredo da chacina – “[...] esses policiais, já tinha acontecido um evento com eles. Era assim, quando era no plantão deles, queriam colocar toque de recolher, não podia fazer festa, não podia fazer nada”. Certo dia, os policiais tentaram acabar com uma festa organizada pelos moradores. “Essa festa, eles chegaram e pediram pra acabar com a festa. O pessoal falou: ‘Não, isso aqui é uma festa americana, cada um deu uma coisa, a gente não vai acabar agora’. Eles efetuaram disparos, pegou no ombro de uma senhora, e na perna de um rapaz. O que o pessoal fez? No dia seguinte, desceram, algumas pessoas desceram, saquearam

o Carrefour [...]”. Aquele, segundo ela, “foi um ano emblemático, teve rebelião no presídio, teve uma carnificina em Benfica. O prefeito falou que o bloco tava na rua, se tivesse que morrer, podia morrer mesmo. Então, a polícia subia o morro, matava. O pessoal descia e queimava a lixeira. Foi um horror. Eu sei que em 2003 foram 1.119 pessoas mortas, todas com tiros nas costas e na cabeça. E os meninos lá levaram todos tiros nas costas”.

“Aí o pessoal se uniu, vieram os movimentos de favela”. Lembrando da reação coletiva construída com o apoio de coletivos e pessoas de outras favelas que vieram em auxílio dos familiares das vítimas e demais moradores do Borel, Dalva fala tanto do cuidado na construção da linguagem do protesto quanto da coragem dos moradores fazendo frente ao violento cerceamento dos policiais. “Nós começamos a fazer reunião pra saber como é que a gente ia fazer pra denunciar, porque a Rosinha [Garotinho] era governadora, e o [Anthony] Garotinho estava para ser empossado como secretário de segurança, e ela não tomou conhecimento nada”. A movimentação incomodou os policiais, mas os moradores não recuaram. “Eles perseguiram as pessoas, batiam, tomavam a mochila. Mas mesmo assim a gente continuou fazendo a reunião, pra saber o que a gente ia tirar, pra gente saber como se manifestar, porque tudo que acontecia, era quebra-quebra, a polícia subia matava mais, era um horror”. O grupo decidiu por uma caminhada “pacífica e silenciosa”, marcada para três semanas depois da chacina. “Posso me identificar?” foi o nome escolhido. “Esse nome, porque eles foram mortos, não puderam se identificar, e tiveram outro nome, que eram bandidos trocando tiros com a polícia”. Polícia e comerciantes foram previamente avisados da caminhada. “Fomos lá no sexto batalhão pra avisar, e avisamos o comércio pra não fechar, que era uma manifestação pacífica. E quase todo mundo já sabia que eram jovens, que era uma chacina da polícia mesmo”.

“Nós fomos fazendo”, segue ela, contando que, quando a caminhada estava para sair, a governadora mandou um representante conversar com o movimento. “Falou que não ia liberar a pista pra gente, que a governadora queria falar conosco”. Contando com o apoio de outros políticos, os moradores mantiveram a caminhada. “Nós falamos: ‘Não, nós vamos fazer nossa caminhada!’”. Diante da indiferença, e mesmo resistência do governo estadual, a movimentação visava a esfera federal, então sob o comando de Luiz Inácio Lula da Silva, eleito no ano anterior. “Nós tiramos que a gente ia fazer o dossiê de cada um pra mandar pro governo federal, porque já que a governadora daqui não fez nada, a gente teve que apelar para o governo federal. E assim nós fizemos. Caminhamos até a praça, quando a gente chegou na praça, cantamos o hino nacional, soltamos vários balões brancos de gás, e mandamos o documento para Brasília. Quando o Lula recebeu o documento, mandou representantes dele ir lá no Borel, pra saber o que que tinha acontecido”.

Trazendo “o pessoal de Brasília” ao Borel, a mobilização surtiu efeito. “Eles foram na associação de moradores, foram pro Borel, e nesse dia que eles chegaram lá, estava a Globo, estavam todas as emissoras de televisão, estava ouvidoria da polícia. Olha, não tinha como andar no Borel”. Nem por isso, entretanto, os policiais deixariam de cercar os moradores. “Mesmo assim, nesse dia, os policiais que tinham feito a chacina ficaram lá na metade do morro batendo nas pessoas, intimidando, pras pessoas não descerem pra fazer relato na associação. Mas mesmo assim o pessoal desceu”.

Dalva fala do envolvimento da Polícia Federal na investigação e a chancela das autoridades à versão dos moradores, o reconhecimento de que “o que aconteceu foi uma emboscada, os jovens sofreram uma emboscada e eram pessoas que não eram envolvidos”. A visita das autoridades jogou ainda mais luz no caso (“apareceu no Fantástico”), e já no dia seguinte o grupo foi convidado a se encontrar com a governadora, o que levaria ao afastamento dos policiais da corporação. “A governadora chamou a gente lá no Palácio Guanabara, que ia fazer que nem em Vigário Geral, que não sei o que, prometeu um monte de coisa. O secretário [de segurança pública] perguntou quem era, a gente deu o nome de todos os policiais da equipe. Ele mandou afastar todos os policiais. Pelo menos isso ele fez, já estava de cara quente porque não tinha feito a parte dele”. O afastamento trouxe, finalmente, alguma tranquilidade aos moradores. “A gente já ficou mais tranquilo, porque durante esse um mês, até a gente conseguir que o pessoal de Brasília fosse lá, a gente foi ameaçado. No dia do sepultamento do meu filho, eles estavam lá no cemitério, com fuzil apontado, com fuzil pra cima. Eles iam na minha porta, eu passava eles falavam que eu queria ferrar eles, que eu ia me ferrar, falaram até que eu ia pro saco preto se eu continuasse”. Denunciados, os policiais foram finalmente presos no final daquele ano. “No dia 12 de dezembro de 2003, o Ministério Público pediu a prisão deles”.

“Mas eu continuei”, diz Dalva, que fala rapidamente da absolvição de dois dos policiais envolvidos no assassinato de Thiago, e continua narrando o desdobramento de sua militância, contando como se deu a criação da Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência, quando, no início de 2004, ocorreu a Chacina do Caju. “Ia ser o ‘Posso me identificar?’, mas a gente viu que teria que ser uma rede. Até porque alguns dos familiares acharam que o ‘Posso me Identificar?’, tinha que ficar no Borel. Aquela coisa toda, é o ego, né [...]”. É a partir de sua própria experiência que Dalva explica o trabalho desenvolvido pela Rede. “Surgiu a Rede porque continuou as chacinas na favela. E as pessoas, a gente não tem segurança nenhuma. Pelo que eu senti, você é ameaçado, você é intimidado, você sabe que ele pode entrar na sua casa a hora que ele quiser. Então, a Rede começou pra dar apoio a essas famílias, por exemplo, pra saber, quando meu filho faleceu, eu nem sabia que tinha que ir na delegacia fazer o boletim de ocorrência. O boletim que estava

lá foi o que os policiais fizeram, só que eles apresentaram as armas e as drogas, deu o nome certo porque estava com o documento, porque além de ficar com o dinheiro deles, eles ficaram com o documento”.

Outras mães e familiares de vítimas que vieram antes dela; ativistas, advogados e “apoiadores”; Organizações Não-Governamentais, a Defensoria Pública do Rio de Janeiro¹¹ – Dalva arrola nomes de pessoas e dispositivos cuja importância vem não só do apoio direto ao movimento de familiares de vítimas (“porque a gente tinha uma advogada, que só aparecia quando tinha mídia, e na hora que a gente mais precisava, ela não estava”), mas do conhecimento acumulado pelo movimento através dessas relações: “Pra gente saber quais órgãos, instituições que a gente procura, de quem a gente cobra, saber qual o papel do Ministério Público, que ele tem o controle externo da polícia, quais as delegacias, cobrar dos políticos também as leis, que nem sempre são cumpridas”. Ela lembra das vezes que o movimento de familiares de vítimas foi à Brasília, enfatizando, no entanto, avanços recentes. “Dormimos lá no estádio Mané Garrincha, já dormimos nas arquibancadas. A gente ia de ônibus e voltava. Então, a gente participava do plenário, a gente cobrava. Só que fomos muitas vezes pra Brasília pra cobrar, mas a gente conseguiu mais resultados aqui mesmo”. Esses resultados, ela visualiza na cobrança direta junto ao Ministério Público para que investigue os casos de assassinatos cometidos por policiais¹². “Porque nós cansamos de estar pedindo justiça. Só justiça, justiça, justiça. Não, agora esse ano a gente vai cobrar e vamos querer resposta”. Ela me fala da morosidade no processamento dos casos, relativa tanto aos promotores – “os promotores, que a gente sabe que sentam em cima dos processos” – quanto aos delegados: “Como a gente sempre diz, se é auto de resistência, até o delegado, ele não quer nem saber. Se tem uma pilha grande aqui, essa pilha de inquérito, se você for olhar, é tudo auto de resistência. E a pilha pequena é normal. Porque o delegado acha: ‘Ah, é auto de resistência, resistiu à prisão, morreu, morreu”.

Eu pergunto a ela sobre os demais familiares das vítimas da Chacina do Borel, se eles participaram da luta em algum momento. “Eu sempre chamava os outros familiares. A mãe do Carlos Magno no início estava bem atuante, ela ajudou a fundar a Rede. A mãe do taxista, o taxista tinha família, tinha dois filhos, ficou a mãe e a esposa tentando, e aí nem uma nem outra, foi deixando de lado. E a mãe do Carlos Alberto, ela já tinha problemas, sendo que depois a depressão dela foi tão forte que ela ficou com problema mental. Hoje ela é uma doente mental, porque ela ficou muito tempo dormindo na rua, que falava que não ia dormir em casa, porque a polícia ia entrar lá e matar ela. Então, a mãe do Carlos Alberto, o Carlinhos, a mãe dele já era problemática, tanto é que ele nem tinha documento, não tinha uma certidão, não tinha nada. O primeiro documento que ele recebeu foi a certidão de óbito, mesmo assim estava no nome da irmã dele. A mãe dele ficou doente, hoje o problema dela é mental. Ela, às vezes, ela anda, às vezes ela fica na cadeira de rodas, que

ela é diabética. A mãe do taxista, o pai do taxista bebia muito, já faleceu também, e ela também não teve condições de acompanhar, porque o marido dela bebia muito, ela que bancava a casa, ela era pai e mãe, então, ela não tinha como estar participando. Em quase todos os casos é assim, sempre fica um, a gente só não abandona, sempre fica um, sou eu mesma que fiquei, apesar de ter sido ameaçada e tudo, porque é o que eu falo: O meu filho morreu fuzilado, se eu não faço nada, estou mais morta do que ele. Então, a gente não pode deixar, a gente não pode deixar”.

Recuperando o mote erguido pelas vítimas da ditadura civil militar – “para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça” –, Dalva diz de sua persistência, do esforço de lembrar das vítimas e assim “lembrar o que está acontecendo”, a história de resistência à Chacina do Borel dando fôlego à denúncia de “casos” recentes de violência policial. “Quase todo ano a gente faz esse ato no Borel pra lembrar a morte dos quatro e pra lembrar o que está acontecendo”. Dalva vai desfilando “casos”, ligando-os às diferentes frentes de atuação dos familiares e dela própria. “Agora a gente tem mais um, o Dalber morreu com 16 anos. Esse menino, que levou um tiro da UPP, e a mãe dele sempre falou que o filho dela morreu com tiro na testa”. A partir de investigação, fruto de pressão das mães, a execução do rapaz foi comprovada. “A gente descobriu que ele morreu foi execução, que ele morreu com um tiro na nuca aí a mãe também ficou engajada na luta, hoje a gente tem muitas mães”¹³. Dalva fala da milícia – “porque a milícia é muito atuante, e é mais difícil de denunciar até porque o Estado não mexe com a milícia” –, citando Marielle Franco: “Quando a Marielle começou lá nos direitos humanos há uns dez anos atrás, ela ajudou muito as mães, ela sempre deu voz à favela”. Finalmente, ela traça a relação entre o assassinato e o encarceramento de jovens favelados: “Quando a gente tem, por exemplo, entre dez assassinados, nove são negros, a gente sabe que quando ela não encarcera ela mata. Porque a gente ver quantos jovens são encarcerados, porque a gente tem casos de jovens que a polícia falava assim: ‘Não vou te matar como bandido, mas eu te levo peso como traficante’, e ela joga um *‘kit [bandido]’* em cima dele. E a gente tá com dois jovens presos lá no Borel por causa disso. Jovens, só porque tava na boca comprando coisa pra usar, a polícia chegou. Porque isso a gente sabe, todo mundo tem consciência, quando a polícia chega, o tráfico some, mete o pé, se esconde. E quem fica ali, quem tem a rotina interrompida somos nós, os moradores. Porque o tráfico não está ali, não, dificilmente ele fica ali trocando tiro. Quem dá tiro em transformador, tudo, é a polícia, que para toda a nossa rotina, tira o nosso direito de ir e vir, de levar uma criança pra escola, de trabalhar. Fura nossas casas toda, entra na nossa casa, come da nossa comida, suja nossa casa, quebra móvel, quebra máquina de lavar, eles fazem tudo. Se eles acham, igual eles fizeram lá em Manguinhos, com as Mães de Manguinhos, pegaram a bandeira das Mães de Manguinhos, pisaram na bandeira, sujaram a bandeira toda. Porque eu falo, são pessoas covardes, são homens pra julgar e matar, mas não

são homem pra assumir o que eles fizeram, o que eles mataram. Porque o bandido, se ele for preso, o que ele fez ele confessa. Mas o policial, ele nunca confessa o que ele fez. Todos os julgamentos ele diz que sofreu uma ‘injusta agressão’, que ele estava em um lugar extremamente sem visão, que ele atirou a esmo, que teve tiro de todos os lados, que ele não sabe pra que lado que ele atirou, as vezes ele diz que deu um tiro, ele deu vários tiros. Então é assim, e hoje em dia está pior”

Olhando para sua trajetória, Dalva exprime o desejo de que o movimento “Posso me identificar?” tivesse alterado a realidade de violência estatal. “Eu queria que o ‘Posso Me Identificar?’ que isso que a gente fez, fosse o primeiro e o último. Eu não queria estar aqui com tanta mãe chorando, tanta mãe pedindo justiça, uma justiça que não é pra nós, porque a gente não tem direito a essa justiça”. Essa dimensão temporal, de resiliência da injustiça, articulando-se às doenças desenvolvidas pelas “mães”, o efeito traumático da violência no corpo materno. “Toda mãe que perde um filho, depois ela adoce, porque quando começa só aquela dor, a dor física vai passando, mas os traumas são piores, porque você entra em depressão e aí vai desencadeando. Eu, comecei com a depressão, depois eu tive hipertireoidismo, lesão coronariana, hoje eu tenho hipotireoidismo. Os traumatismos pós-traumáticos, que são esses traumas violentos que a gente sofre. E o Estado não está nem aí. Eu queria ver se fosse com o filho deles se estaria assim, a gente sabe que não estava assim”.

Eu insisto com Dalva nos julgamentos, o processamento legal do caso, do qual ela já tinha falado, mas sem desenvolver, evitando entrar em detalhes. Conforme tinha me explicado antes, 16 policiais compunham a equipe que vinha tensionando com os moradores e orquestrou a chacina, mas apenas os quatro policiais diretamente envolvidos na emboscada e o comandante foram indiciados: o tenente Rodrigo Lavandeira Pereira, que chefiava a operação, os sargentos Washington Luís Oliveira Avelino e Sidnei Pereira Barreto, o cabo Marcos Duarte Ramalho e o soldado Paulo Marco Rodrigues Emílio. “Eu sou testemunha de acusação do processo”, diz ela. “Em alguns julgamentos, eles conseguiram, aqueles acordos, um depõe, outro não, aí enquanto eles conseguiram fazer com que eu não fizesse depoimento, eles foram deixando. Mas eu participei de oito julgamentos”. Dalva dá uma ideia das idas e vindas do “caso”, mas, mais do que o desenrolar de um processo que se estendeu por mais de uma década, com julgamentos sucessivos, seu relato reage ao fato de que, mesmo afastados e tendo sido inicialmente presos, e apesar das provas reunidas pela investigação, os cinco policiais denunciados foram absolvidos.

“Um ficou preso seis anos, foi o que tinha projétil da arma dele em três corpos. Mesmo assim ele diz que não atirou. É o que eu falo, os meninos, as vítimas devem ter tomado o fuzil dele e deve ter falado: ‘Me dá aqui que vou me matar com seu fuzil’. Porque se ele não atirou e o projétil é da arma dele”. Dois policiais foram absolvidos logo de saída

pelo júri. “Dois, logo no início, foram absolvidos, porque falou que não atirou, que não sei o que” – o tenente que comandou a operação ficou e quase dois anos preso, e outro, que ficou preso pouco mais de um ano. “Como não tinha confronto balístico dele, e ele falou que não atirou, ele foi absolvido”. E isso apesar de uma testemunha, a mesma de que Dalva falou anteriormente, que ouviu Thiago pedindo para mostrar os documentos, ter reconhecido os quatro policiais que ficaram escondidos na laje fazendo o Tróia. “Se entre quase vinte fotos, você reconhecer quatro, como é que eles chegaram lá de noite, escuro, que foram atacados de súbito, se ela reconheceu os quatro? Não tinha como, não ia conseguir mesmo. Ela reconheceu os quatro. E o tenente foi porque tinha comandado a operação, mas também estava ali”. Ramalho foi condenado por duas vezes – “e nem tinha como porque meu filho tinha bala tatuada, porque ele estava com fuzil encostado [no corpo de Thiago]” – mas ambos os julgamentos foram anulados, e no último julgamento, ele e outros dois policiais que ainda não tinham sido julgados foram absolvidos. “O sargento que foi julgado agora, mas logo no julgamento o promotor pediu a absolvição dele. Porque falou que a fraude processual já tinha prescrito, porque eles entregaram armas e drogas e falaram que foi um tiroteio intenso. Só que jamais eles iam imaginar que ia ter perícia e quando o perito pegou as armas, eles pegaram cano de PVC, que era bomba caseira, carregador de fuzil, entregaram um revólver todo enferrujado, entregaram uma pistola que quando o perito apertou, ela desmontou. Quer dizer, eles estavam em um tiroteio intenso, mas devia ser com arma da polícia, porque se eles não tinham nem arma, como é que eles podiam estar nesse tiroteio intenso?”. Dalva reflete, finalmente, sobre a dinâmica jurídica por trás da absolvição dos policiais. “O Ramalho que tinha confronto balístico em três corpos: tinha no Thiago, no Carlos Magno e o taxista, e mesmo assim o júri, que eram seis homens brancos, e uma menina novinha lá, porque teve pessoas negras, porque se eles chamam 21 pessoas pra escolher sete, eles escolhem quem eles querem. E aí, foram quatro a três que eles ganharam. E eu tenho certeza que se essa senhora, essa pessoa de cor, negra, estivesse no julgamento, a gente teria o inverso: seria quatro a três pra gente. Mas é tudo manipulado, a gente sabe que é manipulado. Eu falo assim, que eles que manipulam os julgamentos, porque marca pra hoje, hoje não pode, porque o advogado do sargento não pode, hoje não pode, porque o advogado de fulano não pode. E eles vão adiando, vão mudando, eles fazem o controle até dos julgamentos. Tanto é que, quando prescreveu, essa fraude processual, isso já foi tudo, porque era pra ser no ano passado, era pra ser no outro ano, eles foram manipulando. Eles conseguem manipular, quer dizer, os representantes deles conseguem manipular até os julgamentos”.

RÉQUIEM

A morte da mãe foi o que trouxe Dalva para o Rio de Janeiro. Ainda que pudéssemos ver sobreposições entre a história da mãe de Dalva, que faleceu com o filho no ventre, e dela própria, a mãe, diz ela, “sofreu um acidente”. Se entrevemos o sofrimento de Dalva na rápida menção ao seu adoecimento na época, a perda trágica da mãe não suscita o mesmo tipo de reflexão moral que o assassinato do filho, anos depois, vai exigir dela. A vinda para o Rio dá início a espécie de preâmbulo com que a narrativa inicia. Os detalhes biográficos articulam uma história de construção do lar firmada no trabalho e preparam a descrição do assassinato. Trabalho, casamento, filho – foi a procura de casa própria próxima ao trabalho que levou a família ao Borel, onde o marido tinha sido criado e tinha família, o que facilitava o manejo da vida cotidiana. O Borel, local em que Dalva vai ter o segundo filho e construir a maior parte de sua vida, é também o cenário da morte do filho mais velho. Assim, é ao falar da mudança para o Borel que Dalva nomeia pela primeira vez Thiago, menino de dois anos, já como uma das vítimas da chacina. Dalva anuncia ainda outra vez a morte do filho e a chacina, mas retorna no tempo para explicar sua condição de trabalhador. O jovem que se destacou entre os filhos de funcionários, formou-se mecânico e muito cedo conseguiu trabalho formal, sonhava com o curso de engenharia mecânica. Dalva, assim, tanto compõe a cena do assassinato – Thiago foi executado logo depois de voltar do trabalho, e é pelo filho que voltava do trabalho que a mãe pede aos policiais –, quanto exprime a vida brutalmente cessada pela violência.

Assim, se Dalva, como outras mães, rememora o assassinato a partir do doméstico, no seu caso, o doméstico dilacerado pela violência (VIANNA; FARIAS, 2011) está fincado no trabalho. A estreiteza dos laços entre mãe e filho (LEITE, 2004) é expressa no espelhamento das trajetórias de trabalho dos dois. Já na adolescente que se muda para a “cidade” para continuar os estudos, a apresentação de Dalva como personagem da narrativa prepara o terreno para Thiago, filho que dava seguimento a esse esforço transgeracional de melhoria de vida, interrompido com sua morte. O trabalho é, pois, a principal característica sublinhada na apresentação que a mãe faz do filho. “Eu trabalhei quase 19 anos na Souza Cruz, enquanto ela funcionou aqui no Rio. Depois começou a funcionar a América Virgínia lá em Caxias, e eu fui pra Caxias. E o meu filho, ele fazia o curso lá e até falou: ‘Mãe, eu quero fazer estágio lá na América Virgínia de Caxias, porque eu criei tanta amizade lá’. Devido ele ter feito o curso, só que não deu tempo, não conseguiu”. Dalva, assim, não só rebate a versão de que o filho foi assassinato em uma “troca de tiros”, recuperando seu nome em oposição ao “outro nome” atribuído às vítimas na narrativa policial – “bandidos trocando tiro com a polícia” – assentada no boletim de ocorrência, lavrada como “auto de resistência”, e veiculada posteriormente pelo jornal. Abrindo espaço na linguagem moralmente

cerrada que marca a violência estatal, a trajetória do filho e seu futuro interrompido, exprimem também a procura por uma linguagem na qual elaborar a perda sofrida por Dalva.

Voltando do trabalho, Thiago ia cortar o cabelo. Como a fila na barbearia estava grande, passou em casa, brincou com o irmão caçula e, antes de sair novamente, falou com a mãe da viagem planejada para o feriado e dos ovos de páscoa da filha e afilhada que compraria adiantado em razão do passeio. Antes de mais nada “trabalhador”, a retomada dos últimos passos de Thiago também o apresenta a partir de suas relações familiares e de amizade, outro plano a partir do qual Dalva atesta a “inocência” de Thiago – rebate a acusação que vem com o assassinato – e elabora a violência da perda. A divisão dos planos com a mãe, a brincadeira com o irmão, os presentes para filha e afilhada, a viagem com o amigo de infância – a perda de Thiago é a perda do filho, irmão, pai, padrinho e amigo atencioso. Ao localizar o assassinato do filho entre o trabalho, a casa e a vizinhança, Dalva oferece o mundano como contraponto à violência da perda (ROSS, 2002). Ela não relata simplesmente o evento, mas, ao situá-lo na textura da vida que o moldou, testemunha a profundidade e o espraiamento da irrupção da violência estatal no cotidiano densamente afetivo habitado pela família e demais moradores do Borel.

A invasão do doméstico pela violência se dá pelo som horrífico dos tiros, muito próximos à casa. Já a propagação do som precipita o presságio de Dalva: Thiago erguido nos braços, lembrando, naquela semana santa, a imagem de Jesus no colo de sua mãe, Maria. O local do assassinato e a casa da família são extremamente próximos. Depois dos tiros, as viaturas e policiais que saturam a rua são visíveis já da porta da casa. A tensão entre proximidade e oposição entre o local do assassinato e o lar – o doméstico como lugar de proteção, rondado, entretanto, por perigos mortais – coaduna com a emboscada, “o tal do Tróia”. Foi tentando se proteger, correndo na direção que julgavam segura, que Thiago e os demais rapazes acabaram fuzilados. A armadilha demarca outra forma de penetração da violência no doméstico, desta vez através da falsificação da realidade. A invasão sorrateira da laje, quatro policiais desceram, mas quatro ficaram, sem que ninguém percebesse. Os policiais entraram pelo portão, esquecido aberto pela jovem, aproveitando o vácuo de cuidado deixado pela senhora que “trabalhava em casa de família lá na Barra”.

Eu insisto com Dalva em sua experiência de luta como operária, antes da morte do filho, pergunto se em algum momento ela imaginou que aquilo pudesse acontecer com algum de seus filhos. “Eu sempre tive esse espírito de luta, mas você acha que nunca vai acontecer com você. A gente acha que nunca vai bater na nossa porta, mas bate. Porque eu não participava dos problemas da comunidade. Eu trabalhava, chegava, entrava pra minha casa, até ajudava os vizinhos e tudo, mas assim, da comunidade de um todo, na minha casa não faltava água na bica, então pra mim tava tudo bem, estava tudo [...]”. A negativa, entretanto,

encadeia outra memória. “Mas quando começou a acontecer essas mortes no Borel, meu filho, teve um dia que ele chegou e falou pro meu filho caçula: ‘Olha, cuidado com essas armas, com esses cara aí, porque você pode ser alvejado aí sem querer. Os policiais ficam direto parado aí, eles vão ver você, pelo amor de Deus, fica dentro de casa.’ Meu filho olhou pra ele, falou assim: ‘Tá tudo aqui’ [indicando a cabeça]. ‘Não, não guarda aqui, não, guarda aqui [indicando o peito], guarda no coração.’ E no dia seguinte ele faleceu. Eu acho que ele queria muito dar esse aviso pro meu filho caçula, que ele queria muito dar esse recado pra ele, que ele falou isso pra ele: ‘Não quero saber de você aí na rua, porque eles vão acabar matando você’. Parecia que ele estava sabendo. Dizem que às vezes a pessoa adivinha, até a pessoa consegue perceber que vai perder a vida”. Assim como a agourenta visão da morte do filho precipitada pelo som dos tiros, o pedido de cuidado de Thiago ao irmão mais novo revela, em retrospecto, a sensação, represada, mas latente, de que o perigo rondava o lar. Os presságios explicitam o sentimento de porosidade da vida doméstica à violência do Estado, a contingência da domesticidade, a falência da casa em conter e proteger (ROSS, 2002), apesar do esforço em firmá-la em estreita relação com o trabalho. A visão da mãe e o receio do irmão pressentem a morte violenta – entre o rotineiro e o trágico, o provável e o inimaginável (VIANNA, 2014).

Se a emboscada foi armada falsificando o cotidiano da favela, a narrativa de Dalva aponta também como, ao fraudar a versão de que os rapazes eram bandidos mortos em troca de tiros com a polícia, os policiais tanto respondiam ao clima político, quanto alinharam intervenções diretas no território a outras esferas de governo de mortes de moradores de favela (FARIAS, 2014). Dalva retraça as múltiplas escalas em que a versão policial foi escrita, a vida política e social da história contada sobre o filho e demais vítimas da chacina. Assim, ela localiza o assassinato na tensão entre moradores e a equipe de policiais envolvidos na chacina, pintando a chacina como reação dos militares à insubmissão dos moradores a seus desmandos. A tensão reflete o escalonamento da violência policial, abaixo assinada pelo prefeito em seu anúncio de que “o bloco estava na rua, se tivesse que morrer, podia morrer mesmo”. Além de ligar o desenrolar conjectural ao contexto político, Dalva descreve os procedimentos envolvidos na maquinação da versão coercitiva dos policiais. Os policiais ameaçaram testemunhas e isolaram a cena do crime, evacuando, rapidamente, os corpos para o hospital. A maquinação seguiu com a lavratura do “auto de resistência”, apresentando armas e drogas como se fossem das vítimas. A versão foi ainda veiculada no jornal, junto ao nome completo das vítimas, conseguido a partir dos documentos confiscados. Finalmente, os policiais compareceram ao enterro, expondo seus fuzis, ameaçadores, apontados para o alto, e seguiram ameaçando Dalva em visitas escabrosas a sua casa. Eles não só avançaram, coercitivamente, sua versão, como tentaram, da mesma forma, sufocar a emergência de uma narrativa alternativa.

O isolamento inicial de Dalva da cena do assassinato, assim como do corpo do filho “sem vida, sem roupa” foi feito por familiares, em um gesto de proteção da mãe. Após o choque inicial, no entanto, Dalva recompôs a cena do assassinato através de fragmentos que vazam nas margens da versão policial. Ela reconstrói a cena da chacina combinando memórias do dia com o que ela descobriria depois, misturando sua própria memória ao que lhe foi transmitido pela visão, audição e vozes de outros. Assim, Dalva recorda a univocidade dos tiros, vindo das mesmas armas, no mesmo lugar e não o tiroteio forjado pelos policiais. Lembra do sangue limpado pelos moradores e visualizado pelo marido. Ela recupera o relato da testemunha a quem os policiais requisitaram o uso da laje, denunciando a estratégia do Troia. A testemunha ainda ouviu o pedido de Thiago para mostrar os documentos e o anúncio do policial antes de selar sua morte. Ela também reconheceu os quatro policiais que ficaram entocados e realizaram os disparos nos rapazes que corriam para se proteger dos tiros disparados pelos outros policiais. Se a ação policial tinha a chancela das autoridades – a advertência do prefeito e a indiferença e mesmo oposição da governadora à ação política dos moradores –, o desmonte daquela narrativa opressiva se deu angariando o apoio de outras autoridades, garantindo, dentre outras coisas, a investigação. A alteração do jogo de forças políticas redundou em renarrativa técnico-burocrática da chacina. O laudo cadavérico mostrou os tiros nas costas e ligou os projéteis às armas dos policiais; a perícia encontrou armas inservíveis, sendo que o desleixo dos policiais, ao apresentar armas que sequer funcionavam direito indica o descaso para com a vida dos moradores, pressuposto por eles como garantia de sua impunidade, só revertida pela mobilização dos moradores, e a inaudita investigação resultante.

“Mas como?” – a pergunta que Dalva faria a si mesma, de volta em casa, depois de enterrar o filho expressa sua perplexidade diante da violência que, até ali, afigura-se inexplicável. O encontro com o jornal noticiando a morte do filho no dia seguinte desfechou uma semana de desespero. Quatro mortos, nomes completos, armas e drogas, “bandidos” abatidos em confronto com a polícia. Se, hoje, a “mãe de vítima”, militante de longa data, vê a trama em que o filho foi enredado como previsível – “aquela coisa toda, né” –, ao recordar a leitura do jornal, Dalva fala de sua aflição. É a partir dali, entretanto, da recusa de habitar aquele lugar moralmente inabitável, que a história se abre para a reação dos moradores. O assassinato de Thiago interpela Dalva também na medida em que vem com uma acusação: a perda do filho representa a desrealização, o lugar moral inabitável articulado pela violência policial.

A chacina foi um evento crítico na vida da comunidade: “só se falava”. A militante Dalva afirma que mesmo que tivessem “envolvimento”, a morte dos rapazes seria injustificada. Mas desde o mote escolhido para nomear o movimento (“Posso me identificar?”), que, inspirado na tentativa frustrada de algumas das vítimas de se identificar como trabalhadores,

crítica o desconhecimento das fronteiras entre “moradores” e “bandidos”, passando pelo cuidado na construção da linguagem da caminhada, “pacífica e silenciosa”, a boa recepção da caminhada entre os moradores próximos ao Borel e, finalmente, o reconhecimento das autoridades de que foi uma emboscada, reconhecendo a “inocência” de Thiago e das demais vítimas – tudo compõe o idioma moral que ascendeu a revolta dos moradores, deu visibilidade ao “caso” fez frente à versão policial, levando parte dos responsáveis à prisão.

A narrativa de Dalva sobre como se deu a reação à morte do filho enfatiza sua natureza eminentemente coletiva. “O pessoal se uniu”; “os movimentos de favela vieram”; “nós continuamos”. O jogo entre o “caso” e a “causa” atravessa a própria figura das mães de vítimas e do movimento de familiares de vítimas do Estado (LEITE, 2004; VIANNA; FARIAS, 2011; VIANNA, 2014). Aqui, a particularidade da dessingularização realizada por Dalva reside no modo como a história de sua luta pessoal é apresentada de modo indiscernível da luta coletiva: a primeira pessoa do singular implícita na primeira do plural. Trabalho de coletivização de si, o que poderíamos chamar de ética de sua luta, que fica patente quando, na descrição da sequência à Chacina do Borel, alguns dos membros do “Posso me identificar?” quiseram expandir o movimento, mas outros se opuseram ao alargamento da mobilização – “Ego, né”, diz Dalva. Essa ética é notável também na frequente alusão a pessoas, coletivos, autoridades e mesmo dispositivos de Estado que vieram em auxílio aos moradores do Borel ou compuseram a construção do movimento de familiares de vítimas.

Quando pergunto a Dalva sobre a participação dos demais familiares das vítimas da Chacina do Borel na sustentação do “caso” ao longo dos anos, Dalva diz tanto de sua persistência – “sempre fica um [...] sou eu mesma que fiquei [...]” –, quanto de vulnerabilidades múltiplas que a violência policial veio aprofundar: o sofrimento mental e corporal de uma das mães, agudizado pelo assassinato, e a ilegitimidade documental do filho, cujo primeiro documento vai ser a certidão de óbito; a outra mãe que sustentava sozinha a casa, já que o marido “bebia muito”. É aqui que Dalva recupera sua maternidade como dever de lutar, a inação diante do fuzilamento do filho como uma morte ainda mais aguda que a dele. Assim, antes que eu insistisse no processamento legal do caso, ele falou rapidamente de como os policiais foram sendo absolvidos, emendando, logo em seguida: “mas eu continuei”. Ao narrar como, apesar das idas e vindas de seu caso, continuou lutando, Dalva nos fala da envergadura da caminhada militante que ela segue, ainda hoje, traçando. A história de sua luta, e do caso da Chacina do Borel, mistura-se com a história do movimento de mães de vítimas do Estado. Ao nos narrar tal história, ela nos fala tanto de certos trajetos – a relação com ativistas, “apoiadores” e a Defensoria Pública e, mais recentemente, a pressão junto ao Ministério Público – quanto de modos de fazer, isto é, de conhecimentos sobre trâmites burocráticos como a lavratura de boletim de ocorrência de modo a evitar

a estabilização do “auto de resistência”. A justaposição entre o individual e o coletivo se dá não só a partir de seu próprio “caso” e dinâmicas gerais, mas também de outros “casos” que ela, como militante, vai acompanhar, o cultivo da memória atuando como prevenção a sua repetição futura. A militância contra o encarceramento e a luta contra a milícia – “a gente fala que a milícia é o braço armado do Estado” – dizem do seu amadurecimento como militante caminhando par e passo com a evolução do movimento, revelando, por meio dessa história pessoal e coletiva, o conhecimento íntimo das dinâmicas de assassinato e de acobertamento de mortes de moradores de favelas.

A evitação inicial em desenvolver a narrativa sobre o processamento legal do “caso” reflete o resultado amargo que a justiça entregou. A narrativa se centra alternativamente na expansão de sua luta articulada à luta dos demais familiares de vítimas da violência. Quando insisto com Dalva sobre a dimensão legal, ela relata como os policiais foram sucessivamente absolvidos, negando o crime, apesar das provas reunidas, manipulando os tempos e procedimentos da justiça. Além da descrença na justiça – “uma justiça que não é pra nós, porque a gente não tem direito a essa justiça” –, ela também revela a insuficiência da dimensão legal para dar conta da profundidade da perda.

Quase no final da entrevista, rememoro com Dalva uma conversa em que ela contava a outra “apoiadora” sobre os cuidados dispensados a Thiago quando pequeno. “Com um ano, o Thiago teve convulsão”. A sensibilidade de Thiago – “ele teve convulsão com 38 [°C] e meio, ele era sensível à temperatura alta” – exigiu de Dalva e do marido toda uma gama de cuidados delicados na criação do filho. “Qualquer febrezinha que ele tinha, podia ser de madrugada, a hora que fosse, meu marido pegava ele, agarrava, entrava debaixo do chuveiro, dava logo aquele banho de água não totalmente fria, quebrava a friagem da água, e ficava embaixo do chuveiro com ele, até a febre dele baixar”. Desde um, até 12 anos de idade, Thiago tomava remédio para controlar sua condição, cuja evolução seria acompanhada por exames regulares. “Duas vezes no ano ele tinha que fazer o eletroencefalograma. Eu tenho quase todos os eletros dele lá em casa, eu tenho uma pilha dos eletros que fazia, até o último que ele fez e já estava normal e a neuro[logista] foi diminuindo [a medicação]. Porque não pode tirar tudo de uma vez, quem toma esse remédio por muito tempo, pra poder tirar, passa a tomar a metade, depois a metade da metade, até terminar em um quarto do remédio. Então, ele tomou até os dez anos os remédios. Quando ele ia fazer o exame, a gente ficava a noite toda acordado com ele pra ele não se mexer, pra fazer o exame dormindo”. Opondo a delicadeza do cuidado com o filho ao longo dos anos – banhos mornos, exames, medicação precisa –, à brutalidade da violência que o vitimou, Dalva tenta exprimir uma dor de difícil enunciação. “Assim, eu fiz tudo pela saúde dele, ele sempre teve plano de saúde, sempre teve muito cuidado, quando chega, você vê o teu filho nas condições que ele

morreu, dá uma [...] Sabe? Mas, mesmo assim, apesar de ele ter ficado muito pouco tempo comigo, era uma pessoa muito especial, e acho que ele não veio pra ficar muito tempo com a gente, ele veio, tinha o tempo certo dele e ele foi. E eu nunca questionei com Deus. Eu acho que hoje tenho a capacidade de estar ajudando as pessoas porque nunca questionei com Deus, nunca achei que Deus tinha que falar pra mim o porquê. Nunca questionei nada disso. Eu falo: Toda mãe que perde um filho assim o coração dela sangra todo dia, a gente fica doente. Com tudo isso, quando o policial foi condenado, eu fui pra casa, assim, na hora eu tava numa euforia. Quando eu cheguei em casa: Caramba! Meu filho não estava ali, então não tem mais sentido, é o que fica mais. Eu lutei tanto pro meu filho continuar vivo. A gente tem até um cartaz: ‘Enquanto o rico luta pra ficar mais rico, a gente luta pra continuar vivo’. E eu sempre lembro disso, lembro desse cartaz. Às vezes, eu fico refletindo: é a minha história. Porque eu queria tanto que meu filho realizasse o sonho dele, até porque ele era muito inteligente, e naquela época não tinha cotas. Ele falou: ‘Mãe, eu quero fazer um curso técnico pra eu ter um trabalho pra pagar minha faculdade, porque eu vou ser engenheiro mecânico, eu vou ser!’. E ia ser [...]”.

Justapondo cuidado familiar com o filho à desumanidade do assassinato, Dalva se esforça para exprimir o inexprimível: “[...] dá uma [...] Sabe?”. Os tempos da morte, circular, e da vida que foi passando, sobrepõem-se. O coração de mãe que sangra todos os dias expressa uma dor que não arrefece, cuja persistência vai tomando corpo em doenças diversas: “os traumatismos pós-traumáticos”. A passagem do tempo, entretanto, elabora a perda no futuro do pretérito: os sonhos que o filho teria conquistado. Ainda que a dimensão legal tenha seu peso, a possibilidade de refazer a vida não vem nem mesmo com vitória na justiça, posteriormente revertida: de volta em casa, a euforia trazida pela condenação se esvazia, perde o sentido diante da ausência do filho, a falta, essa ausência presente, afinal, “é o que fica mais”. Assim, se Dalva saiu à procura de respostas, transformando a morte do filho em combustível de luta, a possibilidade de continuar, inclusive, lutando, veio exatamente com a recusa do ceticismo. É, pois, uma bricolagem sinuosa a realizada por ela, em que a justiça divina, sequer como punição, mas como incompreensível onisciência, deixa ver que Thiago, essa pessoa especial, não teria vindo para ficar muito tempo com ela. Refletindo sobre o significado da perda, Dalva rememora a da bondade do filho, os concertos que Thiago fazia de graça para os vizinhos – “ele era tão bom que ele fazia as coisas pros vizinhos e não cobrava nada” – assim como, quando menino, ajudava as vizinhas carregando bolsas cheias de compras morro acima sem esperar recompensa. “Poxa, a gente quando vai na rua, acaba comprando, faz compra até demais. Às vezes elas estavam com aquele peso, ele pegava as bolsas e subia. ‘Quanto é, meu netinho?’ ‘Não, não é nada, não, minha mãe me dá, não quero’. Ele nunca quis pegar, nunca, nunca quis pegar

dinheiro de ninguém, porque ele pensava assim: ‘Não, se minha mãe me dá, eu não preciso’”. Insistindo que Thiago “começou a trabalhar muito cedo”, Dalva fala finalmente do desejo frustrado do filho de doar seus órgãos. “O que me dói mais é que ele se preocupava muito com os outros, o sonho dele era doar, ele queria doar córnea, coração, ‘até minha a pele, meus ossos, se eu puder eu vou doar’. Ele não conseguiu, não foi possível pelos motivos da coisa”. Assim, ao falar da trajetória profissional precoce e bem-sucedida de Thiago, Dalva não só reafirma a correção do filho, e assim o injustificável de sua morte, mas tenta exprimir o significado da perda do filho: “um mês que ele estava trabalhando foi executado”. A preciosidade do filho brutalmente roubado é expressa também pela fragilidade de sua vida cuidadosamente mantida pelos pais, e sua bondade, fruto dos investimentos materiais e morais que o mantiveram vivo e o trouxeram, saudável e justo, à vida adulta. Não apenas um bom rapaz que nada fez que justificasse seu assassinato, mas um rapaz bom. Se Thiago não teve tempo de realizar seus sonhos, continuar à trajetória familiar de melhoria de vida, é o não questionamento, em meio aos muitos questionamentos levantados pela morte, que, segundo Dalva, talvez sustente sua capacidade de ajudar outras pessoas, ela então estendendo, através da sua doação à luta, a bondade e, com isso, a memória íntima do filho, apesar do incontornável de sua ausência.

REFERÊNCIAS

ANTZE, Paul; LAMBEK, Michael. Introduction: forecasting memory. *In*: ANTZE, Paul; LAMBEK, Michael. **Past Tense: Cultural Essays on Trauma and Memory**. New York: Routledge, 1996. p. xi-xxxviii.

ARAÚJO, Fábio. **Das consequências da ‘arte’ macabra de fazer desaparecer corpos**: violência, sofrimento e política entre familiares de vítimas de desaparecimento forçado. 2012. 268f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Sociologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

ARAÚJO, Fábio. **Do luto à luta**: a experiência das Mães de Acari. 2007. 141f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Sociologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Editora 34, 2016.

BAUMAN, Richard; BRIGGS, Charles. Poética e Performance como perspectivas críticas sobre a linguagem e a vida social. **Ilha. Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 8, n. 1-2, 2006.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

DAS, Veena. **Textures of the ordinary**: doing anthropology after Wittgenstein. New York: Fordhan University Press, 2020.

DAS, Veena. **Life and Words**: violence and the descent into the ordinary. Berkeley, Los Angeles; London: University of California Press, 2007.

FARIAS, Juliana; LAGO, Natália Bolsas do; EFREM FILHO, Roberto. Mães e lutas por justiça. Encontros entre produção de conhecimento, ativismos e democracia. **Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana**, [s.l.], n. 36, 146-180, 2020.

FARIAS, Juliana. **Governo de Mortes**: uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro. 2014. 248f. Tese (Doutorado em Antropologia e Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

FARIAS, Juliana. **Estratégias de Visibilidade, Política e Movimentos Sociais**: Reflexões sobre a Luta de Moradores de Favelas Cariocas contra Violência Policial. 2007. 135f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

HAN, Clara. Echoes of a death: violence, endurance, and the experiences of loss. *In*: DAS, Veena; HAN, Clara. **Living and dying in the contemporary world**: a compendium. Oakland: University of California Press, 2015. p. 493-509.

LEITE, Márcia Pereira. As mães em movimento. *In*: BIRMAN, Patrícia; LEITE, Márcia Pereira (org.). **Um mural para a dor**: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p. 141-190.

MISSE, Michel *et al.* **Quanto a Polícia Mata**: homicídios por Autos de Resistência no Rio de Janeiro (2001-2011). Rio de Janeiro: Booklink, 2013.

REDE DE COMUNIDADES E MOVIMENTOS CONTRA A VIOLÊNCIA. **Da chacina de 2003 à UPP**: o Borel como exemplo de mobilização das favelas contra a violência do Estado, 2013a. Disponível em: <https://redecontraviolencia.org/Artigos/893.html>. Acesso em: 30 abr. 2022.

REDE DE COMUNIDADES E MOVIMENTOS CONTRA A VIOLÊNCIA. **10 anos da Chacina do Borel**. 2013b. Disponível em: <https://redecontraviolencia.org/Atividades/891.html>. Acesso em: 30 abr. 2022.

ROSS, Fiona. **Bearing Witness**: Women and the Truth and Reconciliation Commission in South Africa, 2002.

VIANNA, Adriana. Disquiet: words, times and relations along an ethnographic trajectory. **Revista Sociologia & Antropologia**, [s.l.], v. 11, n. 3, p. 793-815, 2021.

VIANNA, Adriana. Tempos, dores e corpos: considerações sobre a “espera” entre familiares de vítimas de violência policial no Rio de Janeiro. **Dispositivos urbanos e trama dos viventes**: ordens e resistências, 2015.

VIANNA, Adriana. Violência, Estado e Gênero: considerações sobre corpos e corpus entrecruzados. *In*: SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; GARCIA-ACOSTA, Virginia (org.). **Margens da violência**. Subsídios ao estudo do problema da violência nos contextos mexicanos e brasileiros. Brasília, ABA, 2014. p. 209-237.

VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. **Cadernos Pagu**, [s.l.], n. 37, 2011.

Submetido em: 30/04/2022

Aprovado em: 27/06/2022

Jeferson Scabio

jefersonscabio@gmail.com

Doutorando Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social /Museu Nacional.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0597-992X>

NOTAS

- ¹ Agradeço à Maria Dalva da Costa Correia da Silva pelo privilégio de sua interlocução e, mais especificamente, por ter se disposto a sentar comigo e recontar sua história com a permissão de gravá-la. O trabalho de campo no contexto do qual a entrevista foi realizada ocorreu entre os anos de 2016 e 2019. Versões anteriores desse texto foram apresentadas no simpósio “Race, Activism and Space in Latin American Theory and Practice” do Institute of Latin American Studies da Universidade de Londres, bem como em discussões internas do grupo de orientandos da professora Adriana Vianna, minha orientadora. Agradeço às críticas e aos comentários, assumindo, entretanto, inteira responsabilidade por erros e defeitos do artigo. Agradeço, finalmente, a Adriano Forigo pela revisão do texto.
- ² Apesar do indiscutido consenso acerca do anonimato na antropologia, resolvi manter os nomes tal como enunciados por Dalva. Anonimizar a ela e a seu filho, ou mesmo eclipsar o nome dos responsáveis diretos pelo assassinato de Thiago, seria trabalhar contra a política de visibilidade que Dalva e outras mães de vítimas tão arduamente construíram.
- ³ Além de Thiago, 19 anos, foram assassinados Carlos Alberto da Silva Ferreira, 21, Carlos Magno de Oliveira Nascimento, 18, e Everson Gonçalves Silote, 26. Pedro da Silva Rodrigues e Leandro Mendes foram baleados, mas sobreviveram. Sobre a Chacina do Borel, ver Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência (2013a; 2013b) e Farias (2007).
- ⁴ Sobre o movimento “Posso me Identificar?”, ver Farias (2007); sobre a Rede de Comunidades e Movimentos contra Violência, ver, entre outros, Farias (2014; 2007) e Araújo (2012; 2007).

- 5 O movimento de familiares de vítimas do Estado tem sido objeto de crescente interesse socioantropológico. Desde o trabalho inaugural de Leite (2004), Farias, Lagos e Efrem Filho (2020, p. 148) notam hoje a existência de “[...] um campo de pesquisas vasto e profícuo, que vem há mais de quinze anos falando sobre mães em movimento”.
- 6 Assim, mesmo quando participam da “luta”, os pais “[...] são encompassados pelas mães que têm mais visibilidade, legitimidade e trânsito [...]” (LEITE, 2004, p. 155); ou então quando são outros os familiares engajados, como irmãos ou tias, o fazem a partir de um “[...] mandato simbólico: lutam em nome da mãe que, por algum motivo, não pode estar presente” (VIANNA; FARIAS, 2011, p. 94).
- 7 Nascido no Rio de Janeiro, o movimento de mães de vítimas está hoje articulado nacionalmente. Essa expansão foi acompanhada pela multiplicação dos trabalhos movidos por “[...] compromissos ético-políticos com os movimentos sociais e a decisão por conduzir pesquisas com as mães de vítimas e não sobre as mães de vítimas” (FARIAS; LAGOS; EFREM FILHO, 2020, p. 156, grifos no original).
- 8 Como destacam Bauman e Briggs (2006, p. 206), a textualização “[...] é o processo de tornar o discurso passível de extração, de transformar um trecho de produção linguística em uma unidade – um texto – que pode ser extraído de seu cenário interacional”. Essa descontextualização envolve sempre a recontextualização: “descontextualização e recontextualização de textos são dois aspectos do mesmo processo” (BAUMAN; BRIGGS, 2006, p. 209).
- 9 A noção de díade foi inicialmente introduzida por Vianna e Farias (2011, p. 111) – as mães, escrevem aparecem na cena pública “não como sujeitos individualizados, mas como sujeitos da díade mãe-filho” – sendo posteriormente desenvolvida por Vianna (2014; 2015; 2021).
- 10 De modo a evitar a hierarquia entre as palavras de Dalva e as minhas, apresento trechos do seu testemunho, ainda que longos, com a fonte em tamanho similar ao restante do texto.
- 11 Dalva se refere, mais especificamente, à criação do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública do Rio de Janeiro (NUDEDH), resultado da pressão realizada pelo movimento de familiares de vítimas. O NUDEDH atua como assistente de acusação nos “casos” de violência policial.
- 12 Esta pressão vem sendo realizada por sucessivos atos denominados “Acorda MP” nos quais, além de ocupar a frente do edifício do órgão, as mães passaram a entregar listas com casos de “autos de resistência”.
- 13 Dalva se refere a Jhonata Dalber Mattos Alves, filho de Janaina Mattos Alves, outra das mães que compõem a Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência. Dalber foi assassinado por um policial da Unidade de Polícia Pacificadora do Borel. Assim como no caso de Thiago, o laudo cadavérico do cadáver indica disparo à “queima-roupa”.